



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 33ª
(TRIGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 26 DE ABRIL DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Ata da 31ª Sessão Ordinária.

Indago se algum Deputado deseja retificar a ata. (Pausa.)

Não havendo pedido de retificação, e como a ata é de conhecimento de todos os Deputados, dou como lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

- Ata da 31ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Quero inicialmente saudar todos os servidores da Secretaria de Saúde que estão na galeria, fazendo jus a um direito legítimo, em busca da licença-prêmio no momento em que mais precisam, que é o momento da sua aposentadoria. Estamos aguardando a chegada do Líder do Governo com a resposta para todos vocês. Sejam muito bem-vindos à Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela, pelo Bloco Brasília em Evolução. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade, pelo Bloco da Minoria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, nobres colegas Parlamentares, galeria, imprensa, servidores e demais presentes à Câmara Legislativa nesta tarde de terça-feira.

O que me traz à tribuna nesta tarde é chamar a atenção para um fato lamentável ocorrido na noite de ontem no Paranoá, que por sinal não é exceção; tem-se tornado uma regra que se repete cotidianamente. Ontem tivemos uma audiência pública para debater sobre o Paranoá Parque. O local é muito bonito, se não faltassem os equipamentos públicos necessários para aquela população. O que me traz aqui hoje é a atitude de descaso da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por meio de sua Secretária, Sra. Márcia Alencar Araújo, à população do Paranoá Parque.

No dia 13 de abril, encaminhamos o Ofício nº 51/2016, de meu gabinete, informando a aprovação do requerimento nº 1.586/2016, aprovado por esta Casa, para realização de audiência pública para debater a falta de infraestrutura e equipamentos públicos no Setor Habitacional Paranoá Parque, ao tempo em que convidamos a Secretária ou algum representante daquele órgão para compor a Mesa, pela falta de segurança constante naquele lugar.

Relato, Srs. Deputados, a resposta dada pela Secretária de Segurança: "Informo que, devido a compromissos previamente agendados, não será possível a participação da Sra. Secretária de Estado de Segurança Pública e Paz Social, Dra. Márcia de Alencar, no referido evento a ser realizado no dia 25/04, às 19h." Ela recebeu o convite com quase vinte dias de antecedência. O que me pasma não é a ausência dela, é o que ela disse mais: "Informo ainda que essa Secretaria não enviará representante à audiência em tela", como se fosse apenas um convite! É uma obrigação do servidor público prestar os esclarecimentos. Nós nem pediríamos que ela tivesse ido, mas que enviasse um representante àquela audiência pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Sinceramente, não podemos aceitar e acreditar na sinceridade e na seriedade de uma pessoa como essa Secretária de Segurança Pública. Nem vou culpar o Governador, mas pessoas como ela. Se eu fosse culpar o Governador nesta tarde, não teriam ido os outros representantes que lá estiveram.

O que nós queremos, de fato, nesta tarde, é dizer que estou plenamente convicto de que esse governo deve passar a dar crédito e atenção à resposta da sociedade. A audiência pública pode ter sido proposta por mim, mas é uma audiência pública aprovada pela Câmara Legislativa. Eu estava naquela hora representando a instituição Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esse governo ou a Secretária podem nem gostar de mim, é direito deles. Eu também não gosto muito dela, porque ela vem de fora e acaba não fazendo nada aqui no Distrito Federal em favor da segurança pública. Mas pelo menos respeite a população do Paranoá Parque, aquela população carente que precisa tanto da nossa ajuda.

Fomos recebidos com muito carinho e com um olhar de esperança por aquela população. Eles estavam esperando que pudéssemos levar aquilo que era o desejo daquela população. Famílias nos relataram falta de segurança no local, crimes alarmantes, traficantes que invadiram e continuam ocupando casas ali no Paranoá Parque. Tudo isso me leva a concluir que Brasília está se tornando uma terra de ninguém: cada um por si e salve-se quem puder. Os problemas da nossa cidade não são prioridades, pelo menos na área de segurança, para a Secretária de Segurança. Que ela não fosse, mas enviasse um representante.

Por fim, não poderia deixar de agradecer e elogiar a presença do Sr. Yhury Guimarães Aguiar de Oliveira, representando o Sr. Sérgio Sampaio; do Sr. Fernando de Campos Ribeiro, representando a Secretaria de Educação do DF; da Sra. Erodice Rocha da Silva, representando a Secretaria de Mobilidade do DF; do Dr. Zanetti, Superintendente da Região de Saúde Leste, da Secretaria de Estado de Saúde do DF; do Sr. Ricardo Zorzo, da Caesb; do Sr. Jorge Gutierrez, da Codhab; do Sr. Márcio Antônio Ricardo, do DFTRANS; e do Sr. Rodrigo Bertuol de Queiroz, da CEB, que muito bem representaram suas instituições e muito bem representaram o governo.

Tenho que elogiar a atitude dessas pessoas e reprovar a atitude da Secretária de Segurança Pública, que mais uma vez não atende a solicitação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e sequer envia um representante.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, primeiro parabênizo V.Exa. pela audiência pública de ontem. Não pude estar presente, mas estive lá há mais ou menos uns quinze dias. Há muita reclamação. Além disso tudo que V.Exa. falou, lá o pessoal não tem internet, o pessoal sequer tem direito de receber uma carta, porque os Correios ainda não atendem o Paranoá Parque. Há problema de segurança pública, o ônibus não passa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

lá perto, nem há escola. Não só lá, mas também no Riacho Parque, onde há o mesmo problema. Ali foi feita a política de entrega da chave para a população, mas não deram nenhuma qualidade de vida e condições de vida para aquelas pessoas ali. Então, parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento.

Registro também, Sra. Presidente, justamente por conta desses problemas que estão ocorrendo não somente no Paranoá Parque, mas também em outros programas habitacionais do governo, que eu protocolei uma lei – e já peço o apoio aqui dos demais Deputados – para que se proíba a entrega e a construção de novos empreendimentos habitacionais, sem que antes seja entregue a infraestrutura necessária. Estou falando de delegacias, creches, escolas, postos de segurança pública, enfim, o básico. Fiz isso porque as pessoas merecem respeito e dignidade, elas precisam viver onde tenham, pelo menos, uma estrutura física do governo e a presença do Estado. Parabenizo V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, foi lido há pouco o Projeto de Lei nº 1.066, de 2016. A minha questão de ordem é no sentido de que V.Exa. consulte a Assessoria da Mesa sobre a possibilidade de pensar os projetos que existem na Casa sobre o tema, especificamente sobre o Simples. Eu gostaria que V.Exa. consultasse e, em sendo possível, deferisse a medida de pensamento.

Essa é a questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Leite, o que existe na Casa e está na Mesa é o Projeto de autoria da Deputada Liliane Roriz, o Projeto de Lei nº 1.067. Eu consulto os Deputados e a Assessoria dos Parlamentares se teríamos outro projeto também nesse sentido. Se houver, faríamos o pensamento de todos os projetos. Na reunião de Líderes, nós ficamos sabendo que teríamos quatro. Esse foi um acordo feito no Colégio de Líderes.

Vou explicar. O projeto veio do Executivo, mas a informação que tivemos no Colégio de Líderes é que alguns Parlamentares apresentaram projeto similar. O que ficou acordado no Colégio de Líderes é que seria votado o projeto do Executivo com coautoria de todos os Deputados que haviam apresentado projeto similar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

O requerimento que chegou à Mesa até agora é somente o da Deputada Liliane Roriz, que se refere ao Projeto de Lei nº 1.067. O questionamento que eu faço é se algum outro Parlamentar teria projeto similar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, eu sou Relator na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças de dois projetos. O primeiro é o Projeto de Lei nº 961, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso; o outro é o Projeto de Lei nº 969, de autoria do Deputado Agaciel Maia e do Deputado Prof. Reginaldo Veras. O que varia entre os dois e o do Executivo é a data de incidência do benefício fiscal. No projeto do Executivo, o benefício fiscal é a partir de 1º de janeiro de 2018. Esse é o Simples Candango. Esses projetos estão na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero, então, pedir o apensamento dos dois projetos – do projeto de minha autoria e do projeto de autoria dos Deputados Agaciel Maia e Prof. Reginaldo Veras – ao projeto de lei do Poder Executivo.

Quero apenas deixar registrado no plenário.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido de V.Exa. e apenso os Projetos de Lei nºs 961, 969, 1.066 e 1.067. Então, ficam apensados quatro projetos.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, salvo engano, o Projeto de Lei nº 961 também, que é um projeto de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu já fiz a leitura desse projeto de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu peço à Assessoria dos Parlamentares, juntamente com a Liderança do Governo, para discutir se há algum substitutivo para o relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que, no caso, é o Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, era essa a pergunta que eu ia fazer a V.Exa: V.Exa. vai designar aqui, no plenário, alguém para fazer um substitutivo, uma vez que o presidente da nossa comissão não se encontra presente, tendo sido eu o relator dos dois projetos na comissão?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wasny de Roure, V.Exa. continua na relatoria. Peço apenas que anexe também o Projeto de Lei de autoria da Deputada Liliane Roriz e proponha um substitutivo de autoria dos quatro Deputados. Obrigada, Deputado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Está certo, Sra. Presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar a inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço à Assessoria de Plenário que inclua o item na pauta.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (REDE. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria que V.Exa. também incluísse na Ordem do Dia uma moção de minha autoria, a Moção nº 353, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço à Assessoria de Plenário que inclua a moção da Deputada Luzia de Paula.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, muitas vezes, torna-se absolutamente incompreensível a nós, que estamos aqui no Parlamento local do Distrito Federal, Deputado Roosevelt Vilela, entender a lógica da contabilidade Rollemberg quando faz a nomeação de quase trezentos comissionados e diz que não há gastos para o Erário.

Eu gostaria de entender como se consegue fazer nomeações para cargos comissionados sem trazer impactos às finanças do Estado, até porque houve uma proposta que se tornou bastante apreciada na sociedade, formatada no início do Governo Rollemberg. Essa proposta visava à economicidade por meio da redução drástica na estrutura do Estado, particularmente nas regiões administrativas, quando o governo propôs várias fusões de administrações regionais. A proposta provocou uma reação por parte da comunidade por vários fatores que já discutimos aqui.

Agora o que nos parece é que, neste momento, o governo encontrou um processo de negociação que não é absolutamente transparente. Se o governo tem uma proposta que justifique esse aumento de gasto, há legitimidade na proposta.

Então, acho que o governo deve apresentar, como um todo, quais são os motivos dessas nomeações, se, de fato, isso se justifica ou não, ou dizer: "Oh, é meramente político para atender meus apoiadores políticos". Acho que o governo tem esse dever de responder à sociedade, de dar uma explicação sobre a razão desses gastos.

Agora também não é novidade. Também não é novidade essa história de nomeação na Administração Pública para ter o voto aqui ou o apoio dos setores empresariais. Isso não é novidade. Eu acho que o governo só tem que explicar de onde virão esses recursos para bancar quase trezentos novos comissionados na Administração Pública do Distrito Federal.

Eu queria também trazer aqui uma consideração. Deputada Celina Leão, V.Exa. e os Líderes receberam uma comissão de servidores da Secretaria de Saúde, coordenada pela Presidente do Sindicato, a companheira Marli. Essa comissão veio pedir o apoio desta Casa, inclusive, entregou uma lista de pessoas que se aposentaram pela Secretaria de Saúde no ano passado, mas que, tendo sido aposentadas, ainda não receberam o ressarcimento em pecúnia. Inclusive, ao ser abordado por eles – está chegando o Deputado Julio Cesar –, eu falei: Olha, é fundamental nós termos a participação do Líder do Governo, que é o interlocutor do governo, e da Presidente da Câmara, porque são atores, que, diuturnamente, dialogam com o governo, para nós termos um cenário e um horizonte de pagamento desse recurso e desse direito dos trabalhadores.

Hoje, Deputada Celina Leão, na sala de V.Exa., falou uma servidora, que é médica. Eu fiquei absolutamente impressionado, Deputado Prof. Reginaldo Veras, com o testemunho dela. Ela dizia a nós, Deputados, que tinha deixado de usufruir as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

suas licenças de direito, com as suas filhas, no tempo e na idade, na saúde que ela poderia gozar com a família para poder se dedicar à saúde pública, porque é médica da rede pública e, para tanto, era convocada para estar na emergência pediátrica da rede pública, onde ela atende. Depois, às vésperas da sua aposentadoria, ela recebeu a notificação de que ela deveria gozar a licença. E ela: "Poxa, eu havia poupado, uma vez que eu sacrifiquei a minha família. Agora, com as filhas adultas, não se justifica mais eu usufruir essa licença. Portanto, eu vou usufruir o ressarcimento desse direito".

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa., que está empenhado em conseguir para nós essa agenda.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Deputado Wasny de Roure, nossa Presidente, Deputada Celina Leão, servidores da saúde, que estiveram conosco.

A nossa presidente Marly esteve na reunião do Colégio de Líderes. Realmente, ficou sob a minha responsabilidade, por meio do seu pedido, Deputado Wasny de Roure. O Deputado Raimundo Ribeiro também fez esse pedido.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – E os demais colegas.

DEPUTADO JULIO CESAR – E os demais colegas. Saliento que eles estiveram numa reunião com o Secretário da Casa Civil e ficou agendado, para o final do mês de março, uma nova reunião, que realmente não ocorreu. Assim como eu prometi no Colégio de Líderes que entraria em contato, eu só queria posicionar que já marquei com o Secretário Sérgio, da Casa Civil, e também com o Secretário da Fazenda, porque, na verdade, é o Secretário da Fazenda que tem que estar presente, porque ele é quem vai falar de onde poderá vir o valor para o pagamento das pecúnias. Então, está agendado, para a próxima segunda-feira, às 10h, na sala do Secretário Sérgio, da Casa Civil, essa reunião, que ficou sob a minha responsabilidade. Também faço convite aos deputados que quiserem estar presentes. V.Exa. e o Deputado Raimundo Ribeiro devem estar presentes, e todos que assim acharem necessário.

Então, só para poder dar esse enfoque, até porque foi um pedido da nossa presidente e dos senhores. Então, só quero registrar aqui que está resolvida essa questão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Na segunda-feira, às 10h, no gabinete do Secretário da Casa Civil.

DEPUTADO JULIO CESAR – Outra questão que V.Exa. abordou foi a questão dos cargos e da publicação que saiu na última segunda-feira. V.Exa. disse que foi para poder acomodar alguns parceiros ou aqueles que ajudaram o governador. Eu queria dizer para V.Exa. que, na verdade, o que saiu na segunda-feira foi apenas uma reestruturação. Eu mesmo participei juntamente com o Igor. Na verdade, não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

houve nenhum tipo de aumento de despesa. Pelo contrário, uma série de administrações tinham uma quantidade de cargos, e eles foram reduzidos. Vou citar o caso do Riacho Fundo, que teve uma perda de oito cargos, baseado na estrutura que foi publicada em dezembro, e que precisava se adequar, como outras administrações que também tiveram uma redução.

Houve determinadas funções que mudaram a nomenclatura. Então, para deixar tudo certinho, foi feita uma nova publicação de todos os cargos que ficaram na administração. Então, não houve aumento nenhum. Pelo contrário, houve uma diminuição.

Então, eu queria deixar claro a V.Exa...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Essas nomeações já eram de pessoas que estavam na estrutura?

DEPUTADO JULIO CESAR – Exatamente. São de pessoas que já estavam lá exercendo o trabalho desde 2015. E, na verdade, é algo natural que acontece em todos os governos. Aconteceu na época do Governador Agnelo. Muitas vezes, é importante ter pessoas que estão na caminhada e que realmente estão executando um excelente trabalho.

Então, eu queria trazer esse assunto e responder a V.Exa., que fez essa indagação. Não há aumento de despesa. Não há nenhum tipo de aumento de despesa, apenas novas nomeações.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Quer dizer, há um conjunto de servidores que foram demitidos de cargos comissionados e outros cargos comissionados que foram suprimidos, e essas demissões geraram receita para novas nomeações. É isso?

DEPUTADO JULIO CESAR – É. E não houve nenhum cargo novo. Isso eu posso dizer para V.Exa. tranquilamente. Na verdade, nós gostaríamos que houvesse cargo novo, porque traríamos mais empregabilidade ao Distrito Federal. Infelizmente, como ainda estamos no limite prudencial, não podemos fazer isso, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Muito obrigado, Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny, primeiro, quero parabenizar V.Exa. pela luta em prol do pagamento da pecúnia aos servidores aposentados da saúde. Quero parabenizar o Líder do Governo, que prontamente marcou essa reunião com o Secretário Chefe da Casa Civil para discutir o estabelecimento de um cronograma de pagamento dessas pecúnias de licenças-prêmios. Nada mais justo, porque esses servidores foram proibidos de tirar as suas licenças-prêmios, até mesmo por fazerem parte de uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

atividade tão essencial do Estado. Então, parablenzo o Líder do Governo pela pronta ação e V.Exa. pela fala.

Em relação à estrutura das administrações regionais, Deputado Wasny de Roure, quando o Governo do Distrito Federal publicou, salvo engano, há trinta dias, a proposta de reestruturação dessas administrações, o que nós pudemos ver – inclusive o nosso gabinete viu – é que houve, sim, uma redução do quantitativo e do valor nominal de cada administração regional. O que vimos agora na publicação do Diário Oficial de ontem foi a nomeação de servidores que já estavam prestando serviço ou substituições, exonerações e nomeações de servidores que saíram e entraram. Não poderia ser feita nenhuma nomeação fora do valor que foi estabelecido pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, até porque o Distrito Federal está enquadrado no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, está proibido de fazer qualquer contratação nova. Mas substituições de servidores, desde que não haja impacto financeiro, poderiam ser feitas.

Então, para deixar bem claro, o que houve foi uma redução de número. As administrações regionais hoje têm um padrão, que são de três tipos. O tipo 1, salvo engano, são administrações regionais que detêm setenta cargos comissionados; o tipo 2, que detêm 65; e o tipo 3, que detêm 45. Isso depende do tamanho da população da região de cada administração.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Então, por suas palavras, o que está havendo é uma redução de gasto?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Houve uma redução na composição geral da administração.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Quer dizer, o fruto disso, no final das contas, é a diminuição de despesa com pessoal nas administrações regionais?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Diminuição de despesas na contratação de cargos comissionados, para deixar claro.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Irei acompanhá-lo, não por ter dúvida da sua palavra, pois sei da competência de V.Exa., mas porque realmente a informação é inusitada. O governo, além de fazer as desonerações, ainda consegue conceder melhoria salarial e diminuir o dispêndio como um todo. Essa mágica é possível.

Então, vamos acompanhar. Vou me certificar dos números diante da contabilidade pública.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que inclua na Ordem do Dia a Moção nº 352, de autoria da nobre Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço à Mesa que tome as providências devidas.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, demais assessores, membros da imprensa, venho hoje a esta tribuna, mais uma vez, para falar um pouco dos trabalhos da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Casa.

Na próxima quinta-feira, estaremos ouvindo o Secretário de Estado de Fazenda, que vai apresentar a esta Casa o relatório de gestão referente ao ano passado, referente ao ano de 2015, das atividades daquela secretaria. A comissão já ouviu o Secretário de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, o Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, o Secretário de Estado de Saúde, o Secretário de Estado de Mobilidade. Agora vamos ouvir o quinto secretário, que é o Secretário de Estado de Fazenda, nesta quinta-feira, às 10h. Quero convidar todos os Parlamentares, a imprensa, que tem nos ajudado muito na divulgação desses relatórios de gestão apresentados.

Quero aqui citar que, na apresentação do relatório do Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, uma coisa me chamou a atenção, Deputada Luzia de Paula: a baixa execução orçamentária no que se refere à atenção primária à saúde.

O que significa isso, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa?

O que nós vemos é que – e aqui eu não quero falar deste governo –, historicamente, a execução orçamentária na atenção primária à saúde tem ocorrido abaixo de 20%. O que isso significa? A atenção primária envolve os atendimentos que são feitos nos centros de saúde e no programa Saúde da Família, e alguns atendimentos que são feitos nas UPAs.

Na realidade, hoje, na minha avaliação – não sou formado na área de saúde, mas sou gestor –, o principal problema na área de saúde está na atenção primária. Se o Estado não investe na atenção primária, vamos encher as emergências dos hospitais, porque não existe uma política de prevenção a isso.

O programa Saúde da Família, lançado na época do Governo Cristovam Buarque, é um programa, Deputado Chico Leite, fantástico, de prevenção, um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

programa no qual o médico, as equipes de saúde estão próximas à comunidade. Na realidade, houve uma redução, de 2014 para 2015, de duzentas equipes. Existiam 418 e hoje, atuando no Distrito Federal, há 218 no relatório que foi apresentado na Comissão de Fiscalização.

Quero deixar claro que essas audiências só estão podendo acontecer com base em uma emenda à Lei Orgânica de autoria do Deputado Chico Leite, que coloca o gestor não na obrigação, mas com a possibilidade de apresentar esse relatório de gestão nesta Casa.

Então, quero dizer que o grande problema que temos na saúde, hoje, na minha avaliação, é a falta de execução. Não é nem de investimento, porque dinheiro tem. Vou dar um exemplo: ano passado, existia, destinado à atenção primária, o valor de 173 milhões de reais, e foram executados somente vinte milhões. Muito pouco.

Ou seja, os centros de saúde e as equipes do Saúde da Família, Deputado Raimundo Ribeiro, estão extremamente desestruturados. Quando foram criados, a sua concepção foi justamente para amortecer o atendimento dos hospitais, para o centro de saúde atender a comunidade propriamente dita. Hoje, infelizmente, existe uma baixa execução orçamentária e financeira no investimento da atenção primária.

Investindo na atenção primária, nós, obviamente, podemos reduzir muito os atendimentos nas emergências e os atendimentos nos hospitais. O atendimento nas emergências dos hospitais se dá porque a nossa atenção primária não está funcionando, os centros de saúde estão obsoletos, sucateados; as UPAs, que foram uma ideia fantástica, estão com a estrutura novinha, mas faltam equipamentos, faltam insumos.

E aí nascem os debates: qual é o grande problema? Vamos, em tese, colocar os hospitais na mão de a, b ou c.

Eu quero dizer o seguinte: na minha visão e pelo relatório que vi, de gestão da Secretaria de Estado de Saúde, Deputado Raimundo Ribeiro, a solução dos problemas da saúde do Distrito Federal passa pela execução orçamentária na atenção primária.

Para que isso aconteça, é necessário que se reestruturem os centros de saúde da seguinte forma: colocando pessoal, dando condições para que os profissionais consigam trabalhar e também aumentando as equipes do Saúde da Família.

Eu acredito que o Distrito Federal tem condições de triplicar, pelo menos este ano, as equipes do Saúde da Família. Hoje temos 218 e podemos chegar a quase setecentos. É uma política de prevenção. A política do Saúde da Família é uma política de prevenção dentro da atenção primária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

E eu digo ainda mais: por que não se estudar o funcionamento, Deputado Raimundo Ribeiro, de alguns centros de saúde, como foi feito recentemente no Distrito Federal, salvo engano em 2007? O centro de saúde da Estrutural funcionava 24 horas. E funcionava como um posto de atendimento, quase que uma UPA ali na Estrutural. Por que não se pensar em alguns centros de saúde que funcionem 24 horas, a fim de diminuirmos, Deputado Raimundo Ribeiro, a demanda nos hospitais? Quando equipamos o centro de saúde e fortalecemos a atenção primária, podemos liberar os leitos de emergência para colocar UTIs. Assim, poderemos aumentar os leitos de UTI dentro do sistema público, não precisando fazer a contratação no sistema privado, que é o que acontece no Distrito Federal.

Então, acredito que uma das soluções para o problema da saúde é o investimento na atenção primária, reestruturando os centros de saúde, aumentando as equipes do Saúde da Família e liberando, Deputado Raimundo Ribeiro, esses leitos de emergência para as UTIs. Os hospitais poderão virar hospitais de emergência, como o HRAN, que, há muito tempo, era referência em queimados. O HMIB hoje é referência na pediatria. O Hospital de Taguatinga poderia virar uma outra referência. Os hospitais poderiam virar referência, inclusive aumentando os leitos de UTI, desde que a atenção primária fosse prioridade na execução orçamentária e financeira do governo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V.Exa. e o parabenizo pelo claro discurso.

Só para ratificar o que V.Exa. abordou com muita precisão, ontem, eu e o Deputado Wasny de Roure visitamos uma unidade básica de saúde e um pequeno posto de saúde no Areal, como trabalho de visita da Comissão de Educação e Saúde. Apenas para confirmar o que V.Exa. está dizendo, a unidade básica de saúde é nova, muito bem cuidada, com uma equipe gestora muito competente, mas, para que haja o pleno atendimento àquela comunidade do Areal, de Águas Claras, de Arniqueiras e regiões adjacentes, teríamos que aumentar em três as equipes do Saúde na Família. Então, veja bem: nós temos uma estrutura física adequada, V.Exa. acaba de dizer que temos o recurso, mas nos falta o profissional. O questionamento que eu sempre faço é este: nós temos a estrutura e o dinheiro. Por que esse dinheiro não está sendo aplicado? V.Exa., como presidente da Comissão de Governança e Fiscalização, traz-nos um dado importante. É bom fazermos um requerimento de informação à Secretaria de Saúde, para sabermos por que a coisa não acontece concretamente.

Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Incorporo seu pronunciamento ao meu discurso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Na verdade, o meu aparte, Deputado Rodrigo Delmasso, será apenas para parabenizá-lo e usar alguns fundamentos. Já entendi agora que está proibido o Deputado Prof. Reginaldo Veras falar antes da gente, porque ele contempla tudo. Eu já me sinto contemplado com a fala do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Então, para concluir, defendo que o Governo do Distrito Federal, com uma política de Estado, precisa priorizar a atenção primária à saúde, reestruturando o centro de saúde, aumentando as equipes do Saúde da Família e, acima de tudo, executando o que está colocado. Nós não podemos aceitar que 50 milhões de reais, Deputado Chico Vigilante, sejam devolvidos à União. São repasses feitos pelo Ministério da Saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Agradeço ao Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Estamos aguardando o laborioso relatório do Deputado Wasny de Roure para votar o projeto relativo ao Simples.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde ao pessoal da galeria. Aproveitando que o tema administrações regionais já foi abordado nos discursos anteriores, volto ao assunto com alguns dados estatísticos. A revista *Exame* divulgou, nesta última semana, dados da pesquisa do IBGE intitulada Perfil dos municípios brasileiros. Esses dados, senhores, revelam que, por ano, 13 mil pessoas são empregadas como cargos comissionados nas cidades brasileiras. Treze mil pessoas, Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Essa questão nos traz alguns problemas e uma análise criteriosa e técnica. Esses cargos comissionados, primeiro, ocupam vagas de concursados, o que aumenta o tempo de espera daqueles que já foram aprovados em concurso público por meio da meritocracia, que é o que determina a nossa constituição. Segundo, esses cargos comissionados alimentam negociações, algumas das quais pouco republicanas, entre os Poderes Executivo e Legislativo. Isso é uma característica marcante da cultura política brasileira. Terceiro, com esses comissionados, quebra-se a continuidade do serviço público, pois todas as vezes que o padrinho indicador é trocado, trocam-se também os comissionados. Isso fica evidente nas trocas de governo, e o maior prejudicado é a população quando tem o serviço público sem continuidade.

Segundo a pesquisa, senhores, a cidade de Uruana, aqui no Estado de Goiás, tem 65% dos seus servidores comissionados. Ela lidera o *ranking*. Em segundo lugar, também no Estado de Goiás, está a cidade de Divinópolis. Das trinta cidades que lideram o *ranking* de cargos comissionados, vinte estão no Estado de Goiás. Isso nos traz uma preocupante análise: que a política de gestão pública e de administração pública do nosso vizinho coirmão, o Estado de Goiás, merece ser adequada às normas constitucionais. Há excesso de comissionados.

Então, senhores, neste contexto, as administrações regionais no Distrito Federal, se fossem consideradas como municípios, superariam todas as cidades que aparecem no topo do *ranking* de cargos comissionados. Algumas regiões administrativas aqui no Distrito Federal chegam próximo aos 100% de cargos comissionados – 100%! De tal maneira que, toda vez que se troca, rompe-se a prestação do serviço público.

Então, eu entendo que o Governador do Distrito Federal, ao anunciar que enviará à Câmara Legislativa o projeto que vai regulamentar as eleições para administradores regionais, poderia também enviar, no mesmo projeto, a regulamentação e, acima de tudo, o estabelecimento de percentual de servidores concursados que devem existir nas administrações regionais. Na lei, isso já existe. A gente tem que especificar e concretizar.

Se não, senhores, a gente corre o risco de quebrar a continuidade e, acima de tudo, o administrador eleito vai querer indicar os seus próprios comissionados, entrando muitas vezes em choque, em confronto, com Parlamentares que também querem indicar os seus comissionados nas administrações porque isso é uma cultura torta da política do Distrito Federal, aumentando ainda mais o imbróglio, aumentando ainda mais o jogo entre o Poder Legislativo, o administrador eleito e o Poder Executivo. Desculpem a expressão, mas isso corre o risco de virar uma grande zona, uma grande bagunça.

Por fim, senhores, eu entendo que, para moralizar, para prestar um serviço público de qualidade, a solução é mesmo concurso público para preencher os cargos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

das administrações regionais. Fica aqui, senhores, a dica para o Poder Executivo, que, ao encaminhar o projeto de lei da eleição das administrações regionais, já poderia também regulamentar a ocupação desses cargos por meio de concursados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, não vou usar o púlpito, mas quero me irmanar à posição do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Outrora, ainda no passado, S.Exa. e eu propusemos projeto no sentido inclusive de aprofundar essa obrigatoriedade, e de serem não apenas 50, mas 75% de cargos comissionados destinados a efetivos concursados. Esta é uma providência, o Deputado Prof. Reginaldo Veras sabe disso, e contamos com o apoio de outros colegas aqui, no sentido da profissionalização do serviço público. O ideal era que 100% fosse de concursados, de efetivos, porque evitaríamos soluções de continuidade; preveniríamos contra o patrimonialismo, a colocação do interesse público a serviço de interesses particulares ou partidários; enfim, faz parte de toda uma gama de providências que temos procurado tomar em defesa do patrimônio público, de um serviço público de qualidade e de valorização do servidor, Presidente.

Então, eu quero me irmanar à tese do Deputado Prof. Reginaldo Veras e fazer esse apelo, aproveito as presenças do Líder de Governo, Deputado Julio Cesar, e da Presidente Celina Leão. Nós poderíamos levar essa sugestão ao Governador. Vamos apresentar emenda ao projeto assim que ele chegar, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas temos alguma dúvida sobre a iniciativa de vez que estaríamos dispendo sobre o serviço público no Poder Executivo, de maneira que o Poder Executivo, ele mesmo, é que deveria tomar a iniciativa.

Presidente, fica aqui a minha sugestão.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Ok, Deputado Chico Leite.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, demais Deputados, todos aqui presentes, eu quero aqui fazer um agradecimento especial a todos os colegas Parlamentares, porque ontem foi publicada a nossa lei cujo veto foi derrubado aqui neste Plenário com 17 votos. Uma lei que institui a meia-entrada em eventos culturais aqui no Distrito Federal para a nossa categoria dos vigilantes.

Muitos meios de comunicação e algumas pessoas nos questionaram a respeito desse projeto, muitas vezes dizendo que ele era inconstitucional. Eu quero deixar claro para os senhores aqui presentes que nós temos a lei geral da meia-entrada, votada no Congresso Nacional em 2013, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que institui a meia-entrada para jovens, estudantes, deficientes e também para os idosos, a Lei nº 12.933, e o que nós fizemos aqui neste Plenário foi apenas ampliar o benefício, que não é inconstitucional, para uma categoria que sofre tantos problemas. Primeiro, com o salário muito baixo.

Segundo, nós tivemos agora, e quero me solidarizar com as famílias, um vigilante que morreu no final de semana no metrô, que foi assassinado, como também, na noite de ontem, nós tivemos dois vigilantes rendidos e amarrados ali na Água Mineral. Então, eu quero dizer aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que esta Casa acerta, e muito, ao estender esse benefício a esses profissionais que precisam também ter condições financeiras de ter momentos de lazer, até para prestarem um melhor serviço à população.

Eu quero aqui fazer esse agradecimento, em público, por essa categoria que tanto precisa, porque esse foi um benefício que, eu tenho certeza, será muito importante para essa categoria, em torno de 25 mil profissionais. Inclusive, nós votamos aqui no ano passado, e virou lei em março deste ano, de 2016, uma lei na qual ampliamos para os professores universitários o benefício da meia-entrada.

Feita essa colocação, Deputada Celina Leão, eu quero fazer um registro na presença dos presidentes das comissões que tratam de fiscalização e de saúde. Nesse sábado, eu fiz uma visita ao Hospital Regional de Sobradinho, Deputado Rodrigo Delmasso. Nessa visita, fiquei mais espantado ainda do que com o que vi em outros hospitais. Logo na entrada, Deputado Wasny de Roure, muita espera. Quando adentrei o hospital, eu fiquei impressionado com a imagem que vi. Eram inúmeras pessoas nos corredores, muitas sem atendimento e em condições subumanas. Eram pessoas com problemas diferentes, espalhadas no corredor do hospital.

Naquela emergência, onde era para haver, no mínimo, quatro médicos, havia apenas dois. Faltava oxigênio, Deputado Chico Leite. Há uma lista extensa de medicamentos que estão faltando. Sobre isso, fiz um requerimento que foi lido aqui hoje. Nós temos aqui uma lista de quatro páginas, frente e verso, com materiais que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

estão faltando no Hospital de Sobradinho, entre eles, máscara de proteção respiratória, curativo, seringas, paracetamol. São coisas muito simples.

Há 30 milhões de reais, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. que é economista, que dá aula para nós na comissão de orçamento. Nós temos 30 milhões de reais do Orçamento, que nós votamos aqui, para compra de medicamentos.

O governo anda querendo impedir nossa CPI da Saúde. Essas pessoas dentro da Secretaria de Saúde, os gestores da saúde que estão matando as pessoas nos hospitais têm que ser responsabilizados, porque não estão indo lá verificar, Deputado Wasny de Roure, o que os pacientes estão passando.

Eu fiquei extremamente chocado quando vi aquela situação subumana e quando recebi o relatório desses importantes materiais e medicamentos que estão faltando. Não é falta de dinheiro, gente. Nós estamos aqui lidando com falta de gestão da área de compras da Secretaria de Saúde.

Eu faço um apelo à Presidente para que, ainda nesta semana, a gente possa indicar os nomes para compor a nossa CPI da Saúde e investigar a fundo todas essas atrocidades que estamos vivendo.

Na semana passada, perdemos um paciente porque não tínhamos uma enzima cardíaca para fazer o exame para descobrir se a pessoa está enfartando ou não. Nós perdemos, na semana passada, um. Quantos mais nós perderemos por conta de falta de materiais e equipamentos na Secretaria de Saúde?

Mais uma vez faço o apelo para que nós responsabilizemos a Secretaria de Saúde – os seus gestores – pela matança em massa que está acontecendo no Distrito Federal nessa secretaria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só gostaria de um esclarecimento de V.Exa. Ontem nós tivemos a nossa reunião da CPI. Para todo lado que eu vou, só se fala dessa CPI, de uma questão de ordem levantada pelo meu grande amigo Deputado Ricardo Vale – se teria sido válida ou não a prorrogação assinada pelos cinco membros da CPI, lida em plenário e também publicada.

Eu gostaria de ter uma resposta de V.Exa., como Presidente desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Bispo Renato Andrade, eu acho que é importante esse esclarecimento. O Deputado Rodrigo Delmasso estava presente conosco no Colégio de Líderes, e também o Deputado Prof.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Reginaldo Veras, que sempre defende a questão da constitucionalidade. Eu acho que é muito importante a gente trazer algumas informações a este Plenário.

Primeiro, CPI é direito de minoria. CPI não é direito de maioria, tanto que a gente precisa somente de um terço da Câmara para apresentá-la. Seria uma incoerência total se, diante de um direito que é da minoria, a gente precisasse da maioria, que é o Plenário, para prorrogá-la.

O Regimento Interno da Câmara Legislativa pede três passos – e todos os três passos foram rigorosamente cumpridos pelos membros da CPI. Eu trago algumas informações nesta tarde: foi protocolado o Requerimento nº 1.669, de 2016, no dia 19 de abril de 2016, com assinatura dos cinco membros. Ele foi lido no dia 19, no mesmo dia, e foi publicado na página 2 do Diário Oficial da Câmara Legislativa no dia 20 de abril de 2016. Ou seja, todos os protocolos que são solicitados no Regimento Interno da Casa foram rigorosamente cumpridos.

Então, a CPI, naquele momento, já estava estendida pelos trinta dias, conforme foi pedido pelos cinco membros da CPI. Ela não vencia na segunda-feira, como foi colocado. Não precisava passar pelo Plenário.

Talvez a interpretação de alguns tenho sido remessa a uma lei que, inclusive, nem foi recepcionada pela nova lei. Aí, pode-se afirmar: “Ah, mas, no passado, a Câmara Legislativa já usou esse critério”. Porém, em 2007, foi revogada expressamente do Regimento Interno da Casa essa prerrogativa de ter que passar pelo Plenário a continuidade da CPI.

Contudo, mesmo diante de todas essas informações – que são claríssimas, não deixam dúvidas –, eu officiei a Procuradoria da Casa, que respondeu que, pelo princípio da continuidade dos trabalhos da CPI, ela não pode ter seu objeto frustrado. Pelo princípio da preservação dos direitos da minoria, os interesses da maioria não podem frustrar os trabalhos de investigação parlamentar. O art. 72, § 3º, do Regimento Interno, que exigia deliberação do Plenário para instalação e prorrogação das CPIs, foi revogado, conforme já falei a V.Exas.

Primeiro, as CPIs podem ter prorrogações sucessivas desde que não ultrapassem a legislatura – o período de quatro anos –, nos termos do Mandado de Segurança nº 26.441, julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Não é a Deputada Celina Leão que está falando, é nossa Corte Superior.

Segundo, o requerimento de prorrogação da CPI dispensa sua aprovação pelo Plenário, bastando sua leitura e posterior publicação no Diário da Câmara. É uma prorrogação automática. Todos esses pré-requisitos foram cumpridos na semana passada.

Terceiro, o § 2º do art. 5º da Lei nº 1.579, de 1952, que exigia deliberação da prorrogação das CPIs, não foi recepcionado pela Constituição Federal – *Habeas Corpus* nº 71.261 do STF.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Então, a conclusão do parecer da Procuradoria da Casa é o seguinte:

“Deste modo, e com fundamento em citados precedentes que preservam a competência das comissões parlamentares de inquérito para a condução de seus trabalhos, aliados à tempestividade da apresentação do requerimento de prorrogação do prazo, e tendo em vista que a orientação jurisprudencial do STF serviu como fundamento suficiente para a revogação do inciso XX do art. 145 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, haja vista a necessidade de assegurar a preservação do direito da minoria, manifesto-me pela desnecessidade da aprovação, em plenário, de requerimento de prorrogação de prazo da CPI do Transporte.”

Diante do exposto, decido que requerimento de prorrogação de CPI não precisa ser deliberado por este Plenário, bastando sua apresentação, leitura e publicação no Diário da Câmara Legislativa.

A CPI foi prorrogada por trinta dias.

Nós não temos nenhuma necessidade de aprovar isso no plenário. É isso que decide esta Presidência sobre a prorrogação.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só desejo esclarecer a questão de ordem que eu levantei na CPI, pois ontem teríamos condições de tê-la encerrado. Eu não tinha conhecimento dessas informações que V.Exa. está dando agora, de que a prorrogação da CPI não precisaria ser votada. A questão de ordem que eu fiz é porque ontem a gente poderia tê-la encerrado.

Diante dessas informações que V.Exa. traz, não vejo problema nenhum em a gente fazer a audiência da CPI. Eu, particularmente, quero ler o meu voto, que é um voto em separado, já venho declarando há tempos que eu iria dar um voto em separado. Enfim, a gente termina um trabalho que foi árduo, muito bem feito pela CPI e pelos técnicos.

Então, só quero esclarecer que, em momento algum, eu coloquei em xeque o final da CPI, o andamento da CPI. A minha preocupação era saber se a CPI teria condições jurídicas de acontecer amanhã! V.Exa. está dizendo que sim, ok, amanhã, a gente encerra. Era isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Ricardo Vale.

Eu acredito na ampla capacidade dessa CPI, na ampla capacidade dos cinco membros, porque todos os blocos foram nela representados de forma heterogênea. Nós temos todas as correntes políticas, ideológicas, compondo a CPI, mas CPI ainda é direito de a minoria investigar a maioria. Preservando esse princípio, diante de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

vários julgados, temos certeza de que o trabalho de V.Exas. será respeitado. O prazo está vigente. Vocês prorrogaram por trinta dias. Então, vocês teriam, além de quarta-feira, amanhã... Mas entendemos que, por causa da responsabilidade com a cidade, o Deputado Bispo Renato Andrade marcou a votação e a entrega oficial desse relatório para amanhã, dia em que deveremos entregar para a sociedade do Distrito Federal a finalização da CPI dos Transportes. É esse o encaminhamento.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, foi protocolado hoje – eu queria até ver a possibilidade, até porque como o *quorum* daqui a pouco acaba – o projeto de lei que visa prorrogar o Simples Candango. Na reunião do Colégio de Líderes, foi acordado votarmos no dia de hoje esse projeto que visa conceder às microempresas e empresas de pequeno porte, aos feirantes principalmente, aos ambulantes estabelecidos no Distrito Federal, tratamento diferenciado, favorecido e simplificado no campo tributário em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Vence agora na sexta-feira. Eu peço a V.Exa. que pudéssemos aproveitar agora que estamos em número de 13 Deputados... O próprio Deputado Wasny de Roure já se colocou à disposição na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para relatar o projeto.

Então, precisávamos aprová-lo hoje para não trazer prejuízo aos feirantes e microempresários desta cidade. Num momento tão difícil, Deputado Roosevelt Vilela, que o País vem vivendo, se não aprovarmos essa lei, essa prorrogação no dia de hoje, certamente a situação dos empresários ficará pior ainda. Eu peço a compreensão de todos os Deputados para, se possível, votá-lo neste momento.

Essa é a solicitação, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Julio Cesar.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Solicito a V.Exa. que sejam incluídos na Ordem do Dia os Requerimentos nºs 1.677 e 1.678, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero falar mais uma vez da situação grave que vive a segurança pública do Distrito Federal. Estamos vendo a cada instante a população completamente insegura. A verdade é que não existe um plano de segurança pública para o Distrito Federal.

A *TV Record* noticiava hoje que, a cada três horas, um ônibus é assaltado no Distrito Federal. A cada três horas tem um assalto a ônibus, os passageiros são assaltados.

Nós verificamos e ficamos muito triste com o assassinato de um companheiro vigilante lá na estação do metrô de Ceilândia Norte. Perdeu a vida! E aí tem a responsabilidade do metrô, porque naquele posto havia quatro vigilantes e eles reduziram para dois. Aí um tem que sair para fazer a ronda e o outro fica, quem sai corre o risco de ser assassinado, e foi o que aconteceu. Portanto, é grave a situação.

Ali no Sol Nascente quase todas as ruas já foram assaltadas. Inclusive lá, eu já denunciei e vou repetir, há os chamados bandidos macacos: eles ficam em cima das árvores e, quando as mulheres vão passando, pulam em cima.

Outro dia, em uma parada de ônibus do P Norte, em frente ao supermercado Caprichoso, todas as pessoas que estavam na parada tiveram que ficar despidas, Deputado Chico Leite, completamente sem roupas, nus por completo, homens e mulheres. Os bandidos obrigaram, tiraram tudo, levaram até as cuecas dos caras!

Portanto, essa é a situação que estamos vivendo no Distrito Federal. E a secretária de segurança filosofando! Filosofia pura! Pode perfeitamente filosofar em outro canto, na segurança pública, não. Primeiro tem que combater o crime para depois filosofar.

Portanto, faço um apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg para que olhe efetivamente a situação que a população está vivendo e que não aguenta mais. A população, na verdade, está dando um grito de socorro.

O segundo caos estabelecido no Distrito Federal – e há outros – é na saúde. Estão maquiando os números! Vou dar exemplos: ali no Condomínio Privê, que fica



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

na parte norte da Ceilândia, Deputado Prof. Reginaldo Veras, só na Rua 7, há doze casas com pessoas com dengue. E a secretaria de saúde diz que só havia duas pessoas com dengue no Condomínio Privê, quando só em uma rua tem doze!

Criaram a tenda da dengue lá em Brazlândia. Nesse sábado, faltava até água para as pessoas tomarem lá na tenda. Não tinha soro! Para vocês terem uma ideia do caos estabelecido na saúde, os profissionais estavam tendo que usar luvas para fazer aquela liguinha de retenção do sangue e colher o sangue dos pacientes. Improvisando com luvas, porque sequer tem aquela borrachinha que prende o braço. Não tem reagente, não tem nada!

Portanto, você vai aos hospitais e está o caos estabelecido. Acabaram praticamente com todas as pediatrias dos hospitais públicos. É o caos estabelecido! Eu pergunto: onde vamos parar? Porque dinheiro tem! E tem muito dinheiro! O Governador dizia na campanha dele que dinheiro tinha, faltava gestão. Eu digo agora: dinheiro tem, falta muito mais gestão e compromisso com a vida da população.

E ainda fala em mandar aqui para a Câmara Legislativa – está deixando o caos chegar ao ponto máximo – o tal do projeto das organizações sociais, que aí é a destruição completa da saúde pública do Distrito Federal, o que é inaceitável! Eu espero que esta Casa tenha a dignidade de não aceitar a implantação das organizações sociais, porque é o que tem de pior. Quem tiver alguma dúvida, vá ali no Goiás para ver qual é o rastro de destruição das organizações sociais que atuam lá no Estado de Goiás.

Portanto, é grave a situação da saúde pública do Distrito Federal, com a população desassistida. No Hospital de Base, há novecentos pacientes na fila de tratamento de câncer para morrer porque não estão tratando, Deputado Chico Leite. Novecentos! Eu fico pensando que no tempo em que V.Exa. era Promotor de Justiça certamente essa coisa não iria acontecer, porque V.Exa. estaria ingressando na Justiça para garantir o direito daqueles pacientes ao tratamento, direito que têm por lei, e o Governo do Distrito Federal não a cumpre.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu pergunto se tem algum Deputado que gostaria de fazer uso da palavra.

Convido o Deputado Raimundo Ribeiro a secretariar os trabalhos da Mesa.

Lembro aos Parlamentares que a gente precisa de 16 votos para aprovar o item que trata de renúncia fiscal.

Eu vou ver se conseguimos votar as moções e os requerimentos em bloco. Nós temos audiências públicas marcadas para amanhã.

Aproveito a oportunidade e informo que a sessão do Câmara em Movimento será quinta-feira na Candangolândia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 74 relativos aos vetos da Ordem do Dia e votar as demais proposições. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, passamos à apreciação em bloco de todas as moções e requerimentos.

Item nº 191:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 342, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, “moção de louvor às pessoas que especifica pelo trabalho social e relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

Item nº 192:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 343, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de Louvor e parabeniza os profissionais que trabalham na inclusão social das pessoas com deficiência”.

Item nº 193:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 344, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de apoio ao Dia sem Tabaco e parabeniza os profissionais de saúde e as instituições públicas e privadas que lutam por esta causa”.

Item nº 194:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 345, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor ao nadador Tiago Sato, que irá realizar a travessia ida e volta do Canal da Mancha”.

Item nº 195:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 346, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “manifesta votos de louvor aos membros da Academia Taguatinguense de Letras”.

Item nº 196:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 347, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta votos de louvor e regozijo a cada uma e um dos policiais civis do Distrito Federal, relacionados em anexo, pelos relevantes serviços prestados a toda a população do Distrito Federal”.

Item nº 197:

Discussão e Votação, em turno único, da Moção nº 348, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta votos de pesar por mais um caso de intolerância religiosa em nossa Capital, desta feita a imagem de Oxalá, queimada na Praça dos Orixás, no Setor de Clubes Sul”.

Item nº 198:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.625, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "requer a realização de Comissão Geral no dia 05 de maio de 2016, para debater a proposta de implantação de Organizações Sociais no Sistema de Saúde Pública do Distrito Federal".

Item nº 199:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.637, de 2016, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que "requer a realização de audiência pública no dia 14 de junho, às 10 horas, para discutir propostas de estabelecimento do chamado Ciclo Completo, unificando as polícias".

Item nº 200:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.646, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "requer a realização de audiência pública, no dia 27 de abril de 2016, para debater a necessidade de implantação, no Distrito Federal, de centro de referência no tratamento de autista e pessoas com deficiências na rede de saúde local e o aprimoramento das políticas de atenção à educação e segurança dessa parcela da população".

Item nº 201:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.668, de 2016, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que "requer a realização de Sessão Ordinária Externa no dia 27 de abril de 2016, às 15h, na Região Administrativa da Candangolândia, pelo projeto Câmara em Movimento".

Item nº 202:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.617, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "requer a realização de audiência pública no dia 09 de maio de 2016, às 9h30min, no Auditório do Instituto Federal de Brasília – IFB, Campus Samambaia, para debater o fim da isenção da taxa de inscrição (convênio/subsídio) em exames de ingresso nas Universidades Públicas do Distrito Federal".

Item nº 203:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.280, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "requer a retirada do PL 843/2012, que inclui o Rodeio Gospel de Brasília no calendário oficial de eventos do Distrito Federal".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 352, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que "manifesta votos de louvor e parabeniza os cidadãos amigos do Guia de Turismo".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 353, de 2016, de autoria da Deputada Luiza de Paula, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os bombeiros militares que especifica do 41º Grupamento de Bombeiro Militar do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados à sociedade do Distrito Federal, especialmente a de Ceilândia”.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.677, de 2016, de autoria do Deputado Deputado Julio Cesar, que “requer a realização de audiência pública no dia 13 de maio de 2016, às 19h, no plenário, para debater sobre o programa Esporte à Meia-Noite”.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.678, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “requer a realização de audiência pública no dia 09 de maio de 2016, às 19h, no plenário, para debater sobre o Programa do Direito Fundamental à Saúde no Distrito Federal”.

Consulto os Líderes se há acordo para votação dos requerimentos e moções, em bloco, pelo processo nominal. (Pausa.)

Havendo acordo, passamos à votação em bloco.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão, na pauta de votação, de dois requerimentos de minha autoria, que dispõem sobre duas audiências públicas: uma, no dia 23 de maio de 2016, sobre mototáxi, e a outra sobre os garis. Foram protocolados, mas ainda não foram lidos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito que a assessoria traga os requerimentos para fazermos a leitura. É urgente porque nós já estamos em processo de votação.

DEPUTADO LIRA – Lembro a V.Exa. que nós temos que implantar a CPI da Saúde. E não podemos esquecer que isso é importante.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou explicar. Hoje, inclusive, eu falei disso no Colégio de Líderes. Nós vamos implementar a CPI da Saúde, eu só estava aguardando a formação dos últimos blocos, a pedido de alguns Parlamentares. Eu estabeleci um prazo para que até quinta-feira todos os Deputados



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

estejam nos blocos específicos para podermos publicar a proporcionalidade. Os blocos formados já podem encaminhar à Presidência da Casa a indicação do nome do membro para a CPI da Saúde e também para a CPI da Pedofilia, que nós vamos instalar concomitantemente.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Incluo como item extrapauta o requerimento do Deputado Lira, para discussão e votação juntamente com os outros requerimentos.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.699, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que “requer a realização de audiência pública no dia 23 de maio de 2016, para debater a regulamentação da Lei 5.309/14, que institui o serviço de mototáxi no Distrito Federal, bem como discutir a implementação de faixas exclusivas para motociclistas”.

(Assume a Presidência o Deputado Juarezão.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão as moções e os requerimentos lidos pelo Secretário. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

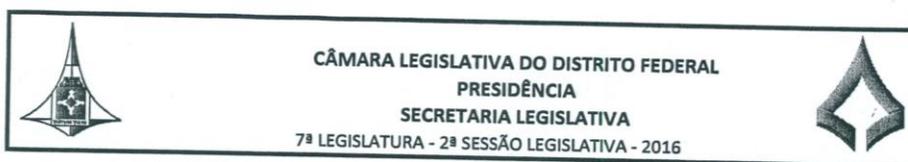
Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as moções e os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	28



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

DATA: 26/04/2016

MOÇÕES Nº	342/2016; 343/2016; 344/2016; 345/2016; 346/2016; 347/2016; 348/2016; 352/2016; 353/2016
REQUER Nº	1.625/2016; 1.637/2016; 1.646/2016; 1.668/2016; 1.671/2016; 1.280/2016; 1.677/2016; 1.678/2016; 1.699/2016
AUTORIA:	VÁRIOS DEPUTADOS
	TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LETTE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
7	JUAREZÃO	PSB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
12	PROF. ISRAEL	PV				1		
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	S/ PART				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	CELINA LEÃO	PPS	1					
RESULTADO			16	0	0	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADOS	
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO JULIO CESAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Estão aprovados os requerimentos e as moções.

As matérias seguem a tramitação regimental.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 961, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que *institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – SIMPLES CANDANGO*”; em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 969, de 2016, de autoria dos Deputados Prof. Reginaldo Veras e Agaciel Maia, que “altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que *institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – SIMPLES CANDANGO*”; em tramitação conjunta com o Projeto de Lei 1.066, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que *institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – SIMPLES CANDANGO*”; em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.067, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que *institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – SIMPLES CANDANGO*”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, para ficar claro – na legislação passada trabalhamos bem a questão do Simples Candango –, o projeto mãe é o projeto do Poder Executivo. Deputado não pode ter iniciativa neste tipo de projeto. Portanto, o projeto que vamos votar é o projeto do Poder Executivo. Os projetos dos Deputados não poderiam prosperar, se não fosse o do Executivo ao qual estão apensados. A autoria é do Poder Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, eu tenho um entendimento diferente do de V.Exa. Acredito que seria uma pauta concorrente. Inclusive tivemos outros projetos nesse sentido que foram aprovados, como, por exemplo, a prorrogação do Refis. É legislação concorrente. Mas pelo gesto do Poder Executivo ter mandado, e pelos projetos dos Deputados, vamos atender a todos: o gesto do Executivo, e os Parlamentares que tiveram a iniciativa.

Conforme apresentação do Requerimento nº 1.698, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, e de comum acordo com os Líderes, defiro, *ad referendum*,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

na Mesa Diretora, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 961, de 2016; 1.066, de 2016; e 1.067, de 2016.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre os projetos.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Wasny de Roure



PARECER Nº _____, DE 2016

Da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF ao Projeto de Lei nº 961, de 2016, apensados aos Projetos de Lei nº 969, 1.066 e 1.067, de 2016, que "Altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que instituiu o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – SIMPLES CANDANGO".

AUTORES: Deputados Rodrigo Delmasso, Professor Reginaldo Veras, Agaciel Maia, Poder Executivo e Liliane Roriz.

RELATOR: Deputado Wasny de Roure

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF, o Projeto de Lei nº 961, de 2016, apensado aos Projetos de Lei nº 969, 1.066 e 1.067, de 2016 que, de modo unísono, "altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011".

Estas proposições visam prorrogar até 30 de abril de 2017 (PL nº 961/2016), 30 de abril de 2018 (PL 969/2016), 31 de dezembro de 2017 (PL 1.066 e 1.067/2016), da vigência da Lei 2.510, de 29 de dezembro de 1999 com a consequente prorrogação da Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - SIMPLES CANDANGO.

Seguem, em todos os Projetos, as cláusulas de vigência assim como a revogação das disposições em contrário.

As justificativas ressaltam que os feirantes e ambulantes serão excluídos do regime simplificado de tributação do SIMPLES CANDANGO a partir de 1º de maio de 2016. Ainda, que não fora apresentada solução definitiva para a situação das categorias.

No prazo regimental, foi apresentada uma emenda dos Deputados Agaciel Maia e Professor Reginaldo Veras.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Wasny de Roure



É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 64, II, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, cabe a CEOF verificar a admissibilidade orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito de matérias de natureza tributária.

Os projetos de Lei nº 961/2016, nº 969/2016, nº 1.066/2016 e nº 1.067/2016 prorrogam a data de entrada em vigor da Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal, denominado SIMPLES CANDANGO. Esclarece-se que a referida Lei tem como vigência estabelecida a data de 01 de maio de 2016.

Foi apresentada a Emenda nº 01 que define textualmente que o benefício é dirigido a feirantes e ambulantes. Por restringir o escopo dos beneficiários somos de opinião que a referida emenda não deva prosperar.

Ante todo o exposto, somos pela **admissibilidade e aprovação**, dos Projetos de Lei nº 961/2016, 969/2016, 1066/2016 e 1067/2016, na forma do Substitutivo apresentado no âmbito de competência desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, inadmitindo-se a Emenda nº 01 apresentada ao PL nº 961/2016.

Sala das Comissões, em

Deputado **Wasny de Roure**
Relator

Deputado **Agaciel Maia**
Presidente

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 961, DE 2016



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, eu quero só fazer uma rápida explicação aos colegas. Houve, Deputada Telma Rufino, uma emenda na CEOF que propunha esse benefício tão somente ao segmento dos feirantes e ambulantes. Ocorre que outras categorias podem ser beneficiadas pelo Simples Candango. As alíquotas tributárias no Simples Candango são alíquotas mais favorecidas do que a do plano federal. Portanto, os ambulantes e feirantes estão contemplados, como também outros serão contemplados com essa iniciativa de colegas e do Poder Executivo.

Nosso parecer é favorável, na forma do substitutivo, que é nos termos da proposta encaminhada pelo Poder Executivo, inadmitindo-se a emenda apresentada no âmbito da CEOF.

Sra. Presidente, é esse o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 961, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango”; em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 969, de 2016, de autoria dos Deputados Prof. Reginaldo Veras e Agaciel Maia, que “altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango”; em tramitação conjunta com o Projeto de Lei 1.066, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango”; em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.067, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Os projetos têm o objetivo de prorrogar o prazo de vigência da Lei do Simples Candango para 1º de janeiro de 2018, enquanto se discute uma solução definitiva para os feirantes e ambulantes do Distrito Federal.

As proposições atendem aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade, não havendo óbice à sua aprovação. Pelo exposto, somos pela admissibilidade dos projetos de lei, na forma do substitutivo apresentado pela CEOF, inadmitindo-se a Emenda nº 1. É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 961, de 2016, em tramitação conjunta com os Projetos de Lei nºs 969, de 2016; 1.066, de 2016; 1.067, de 2016, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Esta Presidência informa que são necessários 16 votos favoráveis para a aprovação desta matéria.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	35



PROJETO DE LEI Nº 961; 969; 1.066 E 1.067/16 DATA: 26/04/2016
AUTORIA: (X) PODER EXECUTIVO (X) DEPUTADO RODRIGO DELMASSO E OUTROS
TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
7	JUAREZÃO	PSB	1					
8	JULIO CESAR	PRB	1					
9	LILIANE RORIZ	PTB	1					
10	LIRA	PHS	1					
11	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
12	PROF. ISRAEL	PV	1					
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
16	RICARDO VALE	PT	1					
17	ROBÉRIO NEGREIROS	S/ PART				1		
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	CELINA LEÃO	PPS	1					
RESULTADO			18	0	0	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
18	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convoco as Sras. e Srs. Deputados para sessão extraordinária, a realizar-se imediatamente após esta sessão ordinária, para discussão e votação do item nº 1.

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 961, de 2016, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango; em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 969, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras e Deputado Agaciel Maia, que altera a Lei nº 4.595, de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango”; o Projeto de Lei nº 1.066, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango”; e o Projeto de Lei nº 1.067, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango”.

Esta Presidência vai suspender a presente sessão ordinária, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h24min, a sessão é reaberta às 18h31min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Está reaberta a sessão.

Solicito aos Deputados, já que temos o número de 16 Deputados, que votemos os projetos dos Deputados que estiverem presentes, caso haja deliberação.

Há vetos para podermos manter... Nós combinamos no Colégio de Líderes que faríamos a votação em bloco.

Item nº 176:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 422, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “inclui o Festival de Música Popular do Gama – FMPG no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 422, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “inclui o Festival de Música Popular do Gama – FMPG no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 177:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 89, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “institui diretrizes para o Programa de Atendimento Geriátrico nos hospitais e centros de saúde da rede pública do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 89, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “institui diretrizes para o Programa de Atendimento Geriátrico nos hospitais e centros de saúde da rede pública do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Item nº 178:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 607, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “dispõe sobre a proteção do consumidor, para exigir que utensílios para o acondicionamento de compras, como carrinhos e cestas, oferecidos pelos estabelecimentos comerciais destinados à distribuição de alimentos e bebidas sejam higienizados com regularidade, e dá outras providências”.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para avisar que o Deputado Robério Negreiros está ausente porque S.Exa. hoje estará se filiando ao PSDB às 18h. Por isso, S.Exa. não esteve presente à sessão e pediu que eu avisasse.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2016	16h45min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 607, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “dispõe sobre a proteção do consumidor, para exigir que utensílios para o acondicionamento de compras, como carrinhos e cestas, oferecidos pelos estabelecimentos comerciais destinados à distribuição de alimentos e bebidas sejam higienizados com regularidade, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Item nº 179:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.686, de 2013, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de informação às gestantes sobre seus direitos previdenciários”.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, acho que não há mais *quorum* regimental para aprovação de matérias.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Não havendo mais *quorum*, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h36min.)